

Estudos Práticos 4: Futebol

Discente: Emiliano Henrique Pereira do Nascimento

CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA



CAV
CENTRO ACADÊMICO
DE VITÓRIA

SILVANA VILODRE GOELLNER

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL,
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E
DANÇA, PORTO ALEGRE, RS



— Mulheres e Futebol no Brasil:

Descontinuidades, Resistências e Resiliências



Silvana Vilodre Gollner —

Licenciada em Educação Física pela UFSM, mestre em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS e doutora em Educação pela UNICAMP. Professora na graduação e pós-graduação do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ex-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (UFRGS) no período 2006-2008. Coordena o Centro de Memória do Esporte da ESEF/UFRGS e o GRECCO - Grupo de Estudos sobre Cultura e Corpo. Compõe a coordenação do Núcleo da Rede CEDES na UFRGS. Ex-Editora da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), periódico do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte ((2005-2007) e da Revista Movimento. Membro do IASI (International Association of Sport Documentation). Tem experiência na área de educação física, com ênfase em educação e gênero atuando principalmente nos seguintes temas: corpo, gênero, história do corpo e da educação física e esportes, documentação e informação e memória. (06/08/2006) (09/08/2006)



— Objetivo

(01)

- O artigo teve como objetivo apresentar o dossiê temático que analisa a presença das mulheres no futebol. Para tanto, contempla uma breve contextualização sobre a modalidade no contexto brasileiro, conferindo ênfase ao protagonismo das mulheres que, em diferentes tempos e espaços, elaboraram estratégias para viver o futebol. Evidencia ainda que sua prática é profundamente atravessada pelas questões de gênero, o que pode ser identificado nos demais textos que integram o dossiê e que revelam, de modo indelével, que este atravessamento é transnacional.

— Pontos Discutidos (...)

Decreto da proibição do futebol para mulheres

(1941)

O Conselho Nacional de Desportos instituiu o Decreto-Lei nº 3.199, o primeiro documento a balizar o ordenamento esportivo brasileiro. Seu conteúdo expressava o desejo institucional de disciplinar o campo esportivo oficializando a interdição às mulheres “de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza” (BRASIL,1941). O Decreto foi revogado apenas em abril de 1979.

I Festival Nacional das Mulheres nas Artes

(1982)

A ditadura militar chegava a seus últimos suspiros, os movimentos sociais estavam em franco crescimento e as pautas feministas reivindicavam o direito das mulheres aos usos de seus corpos e de sua sexualidade. O futebol não passou despercebido chegando, inclusive, a integrar a pauta reivindicatória.

Inclusão de uma partida entre mulheres

(1982)

Representando as seleções de São Paulo e Rio de Janeiro como preliminar do clássico São Paulo e Corinthians na programação do festival, que aconteceu em setembro de 1982, foi uma estratégia para pressionar as instituições a regulamentar a modalidade.

Rose do Rio —

Jogadora e advogada Rose do Rio, protagonista de muitas ações em prol do direito das mulheres vivenciarem o futebol. Em sua peregrinação por órgãos públicos, clubes e competições, conversou com Giulite Coutinho (presidente da CBF), João Havelange (presidente da FIFA) e César Montanha (presidente do CND2), e todos eles têm manifestado interesse, mas têm também procurado jogar a responsabilidade para outros órgãos”.





**25 de março
de 1983, o (!)
CND autorizou
a prática da
modalidade —**

Ainda assim estabeleceu que fossem seguidas as normas recomendadas pela FIFA.

- A diminuição do tempo de jogo;
- Tamanho do campo;
- Peso da bola;
- Uso de protetores para os seios e as chuteiras não podem ser pontiagudas.

Realizada em Porto Alegre no dia 17
de Abril de 1983.

Entraram em campo as jogadoras do esportivo de Bento Gonçalves e do Sport Clube Rio Grande para disputar, que talvez tenha sido o “primeiro jogo de futebol feminino oficialmente autorizado por uma federação no Brasil”.

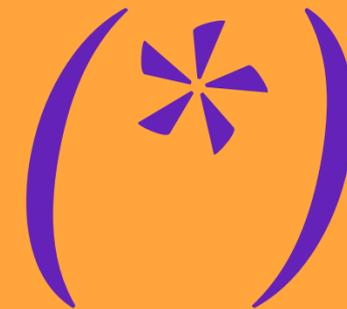
A Federação Gaúcha promoveu uma partida de mulheres —

O jogo ocorreu como uma preliminar ao jogo entre Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e o São Paulo Futebol Clube.

Nesse mesmo ano, surge a primeira competição nacional: A Taça Brasil de Futebol Feminino

A estreia reuniu quatro equipes: Radar (Campeão), Ponto Frio, Goiás (Vice), Corinthians (3º) e o Cruzeiro (4º).

— Em 1988 a FIFA organizou o seu primeiro torneio internacional



Foi um evento preparatório para sediar I Copa do mundo de futebol feminino. (O International Women's Football Tournament), realizado entre os dias 1 e 12 de junho em 1988 na China.

- **A CBF convocou dezoito jogadoras, no qual a seleção conquistou a terceira colocação.**
- **A sua participação no mundial foi garantida por ter vencido o I primeiro Campeonato Sul-Americano, disputado em Maringá entre os dias 28 de abril e 5 maio de 1991. A competição foi organizada pela Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) e reuniu, além do Brasil, as seleções do Chile e Venezuela.**

— Campanha (“”)

O time feminino finalizou a competição na nona posição dentre as dozes seleções. Não foi considerada satisfatória, causando revolta na sede da CBF.

A CBF não organizou o campeonato nacional em 1992 e em 1995. Além disso a organização ignorou a seleção, no qual só voltou a convocá-la apenas em 1994 devido ao acontecimento de três grandes eventos:

- II Campeonato Sul- Americano de 1995, Uberlândia(MG);
- A Copa do Mundo Feminino Feminino de 1995, Suécia;
- Jogos Olímpicos, em Atlanta (EUA);

Registro da folha de S. Paulo.

[...] a eliminação precoce do Brasil causou revolta na sede da CBF, no Rio de Janeiro. O presidente da entidade, Ricardo Teixeira, ameaçou extinguir a realização de campeonatos oficiais de futebol feminino no Brasil. Segundo ele, o baixo rendimento da seleção na China desestimula o investimento financeiro na categoria (MUNDIAL..., 1991, p. 6).



Na Copa do Mundo em 1999, o Brasil consegue a terceira colocação, recebendo a medalha de bronze.

Sisleide Lima do Amor (Sissi), foi artilheira da competição.

Entrevista para folha de S. Paulo no Final do Sul-Americano de 1995.

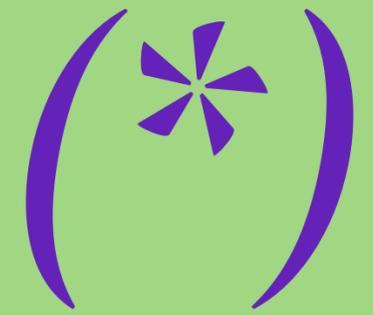
Quando inquirida sobre a importância da conquista para a estruturação da modalidade, responde: “Por enquanto não vi nenhuma mudança na minha carreira. Mas tenho esperança que o futebol feminino ganhe espaço e as jogadoras sejam reconhecidas, com melhores salários para as atletas e infraestrutura para o futebol feminino” (BERTOLOTTO, 1995, p. 8). Em 1996, depois da estreia nos Jogos Olímpicos, volta a referir: “Você tem que ter alguma outra atividade para não passar fome” (GABRIEL, 2015, p. 176). Uma delas foi atuar simultaneamente no futebol de campo e de salão, cuja difusão foi significativa na década de 1990 por demandar menos investimento em termos de manutenção, número de atletas e alocação de espaços (KESSLER, 2010; SILVA, 2017).



(Pretinha)

— **Delma
Gonçalves**

Mesmo assim, houve uma nova descontinuidade —



Se por um lado a regulamentação possibilitou que o futebol invisível emergisse das sombras, por outro os investimentos não foram suficientes para garantir sistematicidade e reconhecimento à modalidade.

(...)

A expectativa deste período era de que se consolidaria a presença da mulher no futebol devido aos bons resultados nos campeonatos sul-americanos, nos Jogos Olímpicos, e também a implantação dos campeonatos mundiais pela FIFA. Estes eventos indicavam que haveria um maior interesse do público, da mídia, bem como de empresas patrocinadoras. Todavia, este crescimento não se confirmou, pois o aumento no número de praticantes não provocou o interesse da mídia, indispensável para o crescimento e expansão do FF (MOREL; SALLES, 2006, p. 8264).

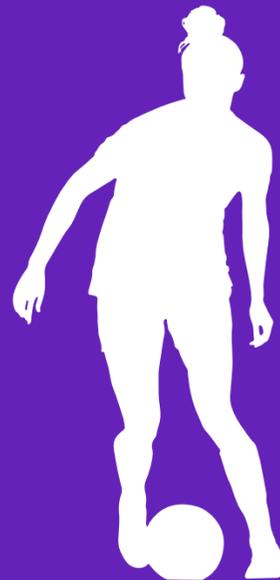
Início dos anos 2000, o time feminino passou por um ciclo vitorioso em termos de resultados:

Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo (2003) e do Rio de Janeiro (2007).

- Medalha de Ouro.

Copa do mundo de futebol feminino da China (2007).

- Vice-Campeãs



Sul-Americanas (2003).

- Campeãs 4º título consecutivo.

Jogos Olímpicos de Atenas (2004) e de Pequim (2007).

- Medalhas de Pratas



— Mas mesmo após essas conquistas, pouco se avançou nessa direção e o (!) descontentamento com a condução foi expresso publicamente por algumas jogadoras.

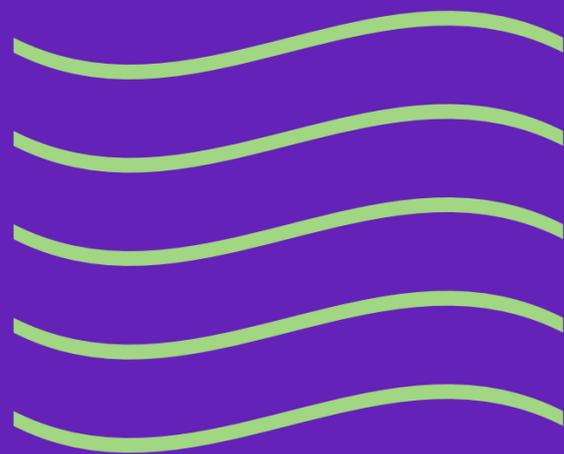
Sissi foi uma delas e sua insurgência fez com que não fosse convocada para a Copa do Mundo de 2003 nos EUA.



As denúncias persistiram e no retorno da equipe ao Brasil, ainda no desembarque no Aeroporto do Galeão (Rio de Janeiro), algumas jogadoras relataram o descaso e a falta de estrutura da modalidade em nosso país.

— Alimentação inadequada durante a competição, falta de amistosos, pouca transparência em relação à definição de premiação, demora no pagamento do prêmio pela conquista da medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro e o futuro da modalidade foram alguns dos temas abordados (GOELLNER, 2020, online).

Daiane Rodrigues (Bagé), escreveu e segurou uma faixa na qual estava escrito “Brasil precisamos de apoio”. Exibido na cerimônia de premiação pela conquista do vice-campeonato na Copa do Mundo da China (2007).



As atletas temiam que a CBF não se empehasse —

“Como ocorreu após a Olimpíada de Atenas, em 2004, quando as brasileiras faturaram a medalha de prata. Na época, a entidade prometeu uma série de melhorias e as próprias atletas admitem que nada saiu do papel” (LOUSADA, 2007, p. 29).

[Indignadas pela demissão precoce de Emily Lima, a primeira mulher a comandar a seleção principal, oito atletas e ex-atletas assinaram o documento conclamando a CBF a ampliar a participação das mulheres não apenas como atletas, mas também nos cargos técnicos e de gestão. A preocupação com a estruturação e com o desenvolvimento da modalidade permeia este manifesto que, em última instância, atesta o quanto o futebol de mulheres no Brasil vive de promessas e discontinuidades. Nas suas palavras: “As ações que estamos tomando agora são motivadas por um desejo de que todas as mulheres e meninas que seguem os nossos passos possam ser capazes de alcançar mais do que nós, dentro e fora do campo” (GOELLNER, 2020, online).

— A publicação do documento **Lendas Brasileiras** apelam á reforma



— Relatório publicado pela fifa

Em julho de 2019, registra dados que embasam essa afirmação. Produzido a partir de uma pesquisa em todas suas federações associadas, o documento indica que o Brasil tem um total de 15 mil mulheres disputando campeonatos em algum nível. Esse número é pequeno se compararmos, por exemplo, com a Argentina (27 mil), a Venezuela (24 mil) e os Estados Unidos (9,5 milhões). Em relação às categorias de base, os dados são mais alarmantes: apenas 475 jogadoras com menos de 18 anos são registradas nos clubes (MENDONÇA, 2019).



Determinante para a alteração desse cenário foi a deliberação da Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) para o licenciamento de clubes, na qual obriga que “a partir de 2019, os clubes que não tiverem um time de mulheres disputando competições nacionais não poderão participar de campeonatos sul-americanos de futebol de homens” (BARREIRA et al., 2020, p.29).

A contratação em setembro de 2020 de duas ex-jogadoras, Aline Pellegrino e Eduarda Luizelli, para assumirem cargos de comando na CBF reforça o ânimo de quem aprecia e vive o futebol de mulheres. Além de anunciar as duas novas coordenadoras de futebol feminino da CBF, no mesmo pronunciamento, o presidente Rogério Caboclo também tornou pública outra importante medida: “a equiparação dos pagamentos feitos aos jogadores e às jogadoras das Seleções Brasileiras Principais” (CBF, 2020, s.p.).

Mas Passados quase oitenta anos de oficialização da interdição e mais de quarenta do término da vigência dessas determinações, é possível identificar que o futebol de mulheres ainda necessita avançar em termos de estruturação, visibilidade e reconhecimento.

Essas duas decisões merecem comemoração, sobretudo porque atendem a reivindicações antigas daquelas que vivem cotidianamente a modalidade. Além disso, demonstram que as questões de gênero, por tanto tempo relegadas no universo futebolístico, começam a reverberar com mais intensidade em suas práticas, discursos e representações.

— Goellner conclui seu artigo afirmando que, mesmo após oitenta anos da oficialização da interdição das mulheres para praticarem o futebol, e mais de quarenta anos do término da vigência dessas determinações, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que esse esporte, tão representante do Brasil mundo afora, possa de fato representar todo o seu povo.

(...)

— Referência

- CUNHA, Teresa Cristina de Paiva Montes. O início do futebol feminino no Brasil: divergências históricas e o pioneirismo na prática. In: KESSLER, Cláudia S. (org.). Mulheres na área: gênero, diversidade e inserções no futebol. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 212-232.
- BONFIM, Aira Fernandes. Football feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social sobre o futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941). 2019. 213 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Ciências Sociais, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

— Referência

- AMARANTE, Leonor. Gols de Placa. Revista Mulher, Rio de Janeiro, p. 47, set./out.1982.
- BRASIL. Conselho Nacional de Desportos. Decreto n. 3.199, de 14 de abril de 1941: Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 set. 2020.

